

FILOSOFAR PARA QUÊ?

Reinaldo Matias Fleuri*

INTRODUÇÃO

Este texto surgiu como um esboço precário de algumas idéias que vêm sendo discutidas nos encontros de professores de filosofia do Triângulo Mineiro e no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Nestas discussões tem se evidenciada a necessidade de se explicitar a motivação, o conteúdo e o processo de avaliação do ensino de filosofia nos 2º e 3º graus, sobretudo em cursos de graduação não específicos de filosofia.

Aqui focalizamos prioritariamente a questão do sentido da filosofia, tentando explicitar o objetivo, a metodologia, o conteúdo e o sujeito do ato de filosofar, assim como as suas implicações pedagógicas na escola.

Nossa expectativa é que o presente texto sirva como ponto de referência inicial para a discussão de algumas questões de modo a subsidiar posicionamentos mais claros e definidos que, aí sim, possam ser expressos em textos mais consistentes.

Sentido da filosofia e filosofia do sentido

A filosofia tem sido entendida originariamente (PLATÃO) como a **busca da sabedoria**, ou seja, como a procura de se compreender os problemas da realidade de modo radical e global. Este sentido tem sido recuperado atualmente (SAVIANI, 1980:17-30).

Desta maneira, a filosofia não se reduz ao mero aprendizado de alguns conceitos ou doutrinas, a ser feito através de uma entre tantas outras disciplinas escolares. Filosofar apresenta-se como uma necessidade essencialmente humana, uma atividade cujo **objetivo** é a compreensão radical e global dos problemas vividos em nosso contexto. Este objetivo, entretanto, não é algo estático que possa ser objeto de posse: ele se realiza como **processo** de busca criativa e crítica. Parafraçando Hegel, (HEGEL, 1966:10) poderíamos dizer que "o caminho para se chegar à verdade já é ele mesmo verdade".

O **método** (caminho) do filosofar encontra-se, pois, essencial-

* Professor do Departamento de Pedagogia/UFU

mente ligado ao seu objetivo. Se "o caminho se faz ao andar", a verdade (compreensão da realidade) se explicita ao se refletir e se discutir sobre os problemas que surgem na realidade vivida. O que provoca a reflexão e a discussão sobre a realidade são os problemas, que desafiam as pessoas à compreensão e ao enfrentamento das contradições (LEFÉBVRE, 1975: 236) que estes problemas implicam. Problematizar (FREIRE, 1975: 63-87) é o objetivo-método fundamental do filosofar, na medida em que enseja a representação das contradições objetivas em nível de consciência (subjeto) e do diálogo (intersubjetivo).

A explicitação das contradições da realidade, tanto subjetivamente através da reflexão, quanto intersubjetivamente através do debate, se realiza sempre como um **diálogo** (entre posições opostas que se incluem) através do qual, as pessoas desenvolvem sua compreensão da realidade e reelaboram o sentido (significado e direção) de sua atividade.

O **conteúdo**, o objeto específico do filosofar torna-se, então, a preocupação com o **sentido** tanto da **ação**, quanto do **conhecimento** humano. A compreensão e explicitação do sentido radical e amplo da ação humana tem sido objeto constante da **Ética**. E a compreensão dos fundamentos e do sentido do próprio ato de conhecimento tem sido o objeto específico da **Epistemologia**. Poderíamos analogamente dizer que, se o obje-

to específico de estudo da **Biologia** é a vida e o da **Física** é a estrutura do mundo material, o objeto específico do filosofar é o entendimento do **sentido** da ação e reflexão humana, que se explicita sobretudo na **Ética** e na **Epistemologia**.

Mas **Ética** e **Epistemologia**, como todas as ciências, não são tarefas reservadas **exclusivamente** a indivíduos especiais. Na realidade, a compreensão radical e global do sentido da ação e da reflexão é uma necessidade humana cuja realização só é possível através de um processo histórico, conjunto, coletivo, de toda a humanidade. Este processo encontra seus momentos de explicitação sobretudo no encontro de pessoas que se colocam juntas na busca de compreensão e no enfrentamento dos problemas (contradições) que as desafiam. E mesmo quando o indivíduo se coloca a refletir sozinho, lendo ou escrevendo, sobre questões que emergem em seu contexto, necessariamente seu raciocínio se desenvolve como um diálogo (sobre determinado problema) em que assimila uma infinidade de idéias produzidas e as reelabora para provocar outros a refletirem e a se posicionarem com ou contra ele. A imagem do sábio isolado que, por inspiração divina ou intuição individual, compreende o sentido recôndito da realidade, inacessível aos simples mortais, esta idéia não passa de uma representação restrita da realidade produzida e aceita em contextos histórico-sociais concretos (Idade Média e

Moderna). Hoje temos condições históricas para entender que a "inspiração", a "intuição", a "compreensão" do real são experiências humanas cuja fonte e estímulo são processos interativos, sociais, dialógicos.

O **sujeito** do filosofar não é apenas o indivíduo, mas é fundamentalmente um sujeito coletivo constituído pelos homens em intensa interação, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1975:79).

Implicações pedagógicas do filosofar

Se é verdade que o sujeito do filosofar é essencialmente coletivo, podemos tirar algumas inferências.

Primeiro, só é possível desenvolver a reflexão filosófica na medida em que, superando-se o mito do "sábio isolado do mundo", nos colocamos em diálogo com os outros (através da fala, com os presentes e, dos escritos com os ausentes) na busca de compreender e enfrentar juntos os problemas da realidade.

Segundo, o filosofar, enquanto busca de uma compreensão global e radical, só se desenvolve a partir do intercâmbio interdisciplinar de informações produzidas a a partir de múltiplos enfoques da realidade, pois só é possível compreender as raízes dos problemas quando estes são abordados globalmente, a partir de vários enfoques.

Terceiro, são os grupos sociais que conseguem atuar e refle-

tir coletivamente, participativamente, promovem o filosofar crítico capaz de elaborar a compreensão radical e global do sentido de sua ação e reflexão.

Assim, os sujeitos privilegiados do filosofar são, em todas as épocas e sociedades, os movimentos sociais revolucionários.

Dá se pode tirar uma quarta inferência: o filosofar se encontra intrinsecamente articulado com a ação transformadora da realidade. O filosofar só se realiza como dimensão da práxis social (ação-reflexão coletiva) sobretudo da práxis social revolucionária (VÁSQUEZ, 1968:209-243).

E como fica a prática da filosofia na escola?

Se ela for assumida **como disciplina** estanque, através da qual se induz os alunos à **memorização pura e simples** de conceitos e doutrinas escritas por alguns pensadores, só poderá contribuir para reforçar a estrutura e a ideologia escolar que impedem justamente a articulação das pessoas na busca de compreensão e transformação da realidade.

Mas se quisermos assumir a filosofia como **tarefa humana** de compreensão radical e global do sentido da práxis (ação-reflexão) de que participamos será preciso trabalhar contra-corrente para promover o diálogo crítico, interdisciplinar, articulado com a práxis social sobretudo com a do movimento popular (WANDERLEY in BRAN-DÃO, 1980:63-4, 71).

Para isso, como professores de filosofia, podemos, em primeiro lugar, nos posicionar decididamente contra o autoritarismo das relações pedagógicas que impedem a articulação do diálogo crítico. Ao invés de nos posicionar como os sabidos que devem doutrinar um bando de ignorantes, podemos nos colocar como companheiros que (mesmo tendo experiências, conhecimentos e propostas diferentes) participam de uma mesma realidade e que estão dispostos a compreendê-la e a transformá-la juntos. Desta maneira, podemos nos expor como pessoas em busca, desafiando os alunos a assumirem também a **atitude de busca e de diálogo**. Com isso, é possível estabelecer uma relação de poder democrático, em que as decisões fundamentais sobre os caminhos do grupo sejam tomadas e assumidas de forma efetivamente participativa (FLEURI, 1986:21-39; 85-105).

Em segundo lugar, desempenhar nosso papel de professor não como aquele que está preocupado em **dar respostas acabadas**, mas assumindo a tarefa de ajudar o grupo a formular suas questões fundamentais, a **explicitar os problemas** e as contradições vividas pelo grupo. É a explicitação dos problemas que desafiará as pessoas a buscar (a pesquisar, a estudar, a discutir) sua compreensão crítica para poder enfrentá-los criativamente.

Em terceiro lugar, qualquer que seja o tipo de programação de

envolvida (ou discutindo questões ligadas à opção profissional dos estudantes; ou tentando compreender uma determinada postura cultural e filosófica de um povo; ou discutindo os problemas existenciais e sociais) o importante é que o grupo consiga **refletir a partir e em função dos problemas vividos** no próprio contexto. O importante não é fixar homogênea e estaticamente um determinado conteúdo programático, nem consagrar um estilo metodológico. O fundamental é procurar (através dos métodos e conteúdos que se mostrarem mais pertinentes com as necessidades e condições das pessoas concretas que compõem o grupo) desencadear um processo de diálogo em que as pessoas se motivem a compreender e enfrentar os problemas fundamentais de seu contexto.

Isto não quer dizer que o rigor científico e o estudo das teorias elaboradas sejam desprezíveis. Pelo contrário, são indispensáveis para a compreensão crítica da realidade. Mas é preciso ficar claro que o rigor científico só pode ser assimilado e as teorias serem compreendidas e reelaboradas criticamente, na medida em que forem apreendidas a partir e em função de necessidades afetivamente assumidas pelas pessoas.

Em quarto lugar, se a tarefa filosófica implica a interdisciplinaridade, é preciso, como professores de filosofia, promover de todas as formas possíveis e utópicas

(FURTER, 1975:35-50) a **articulação do trabalho interdisciplinar**. Esta não é uma tarefa realizável de modo imediato, pois todo o sistema escolar encontra-se estruturado de forma setorizada e fragmentada. Lutar contra a fragmentação do saber e desenvolver o conhecimento crítico e rigoroso, é uma tarefa filosófica politicamente fundamental para a transformação do sistema escolar e social.

Em quinto lugar, se o sujeito social privilegiado do filosofar são os movimentos sociais em cujo bojo se gestam a compreensão e a transformação radical da sociedade,

precisamos nos **articular organicamente com estes movimentos**, pois é junto com eles que podemos participar da busca da sabedoria, do autêntico filosofar. Trata-se de um desafio ainda mais árduo que exige de nós uma **postura utópica** dentro do sistema social em que vivemos e da estrutura escolar em que trabalhamos, uma postura (uma prática-reflexão) que continuamente denuncia as suas contradições fundamentais e anuncia sua superação. Uma postura de **educadores** e não de meros **funcionários** do sistema (ALVES, 1981:9-26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981. 88p. (Polêmicas do Nosso Tempo).
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?**; contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. Uberlândia/Goiânia, UFU/UCG, 1986. 120p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 224p.
- FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. 8 ed., Petrópolis, Vozes, 1975. 91p. (Educação e Tempo Presente, 1).
- HEGEL, G.W. Friedrich. **Fenomenologia del Espírito** (Phänomenologie des Geistes). Trad. Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1966. 484p.
- LEFÉBVRE, Henry. **Lógica Formal/Lógica dialética** (Logique formelle. Logique dialectique). Trad. Carlos Néilson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 302p. (Perspectivas do Homem, 100).

PLATÃO. **Diálogos**. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo, Abril Cultural, 1972. 269p. (Os Pensadores).

SAVIANI, Dermeval. **Educação; do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1980. 224p. (Educação contemporânea).

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis** (Filosofia de la praxis). Trad Luis Fernando Cardoso. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1968. 456 p. (Rumos da Cultura Moderna, 11).

WANDERLEY, Luis Eduardo W. Educação Popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 62-77.